

SUBSÍDIOS PARA DISCUSSÃO

*ORIENTAÇÃO
E*

PROGRAMA DE APOIO SÓCIO FAMILIAR - PROASF

PROPOSITORES: ADELAIDE FÁTIMA CONSONI (COPROCAF- GT PROASF

CARLOS ROBERTO VAZ

(Presidente do CMDCA)

MARCOS

(~~COPROCAF~~)

PAULO

(COPROCAF - GT PROASF)

*Forum Regional de
ITAJUBÁ.*

"O ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE É LEI DESDE JULHO DE 1.990, E ISTO PELO MENOS NOS OBRIGA A PENSAR E PERGUNTAR, PORQUE HÁ NESTA TERRA, REGULAMENTOS TÃO GRANDES PARA AMPARAR A CRIANÇA E O ADOLESCENTE, MAS, FALTAM-NOS CONDIÇÕES SENSATAS PARA PROTEGER AS MESMAS?"

SP/02/mar/96

afc.dir.pes-SETORIAL.DOC

1950

THE UNIVERSITY OF CHICAGO
DEPARTMENT OF CHEMISTRY
57 SOUTH EAST ASIAN AVENUE
CHICAGO, ILLINOIS 60607

RECEIVED
UNIVERSITY OF CHICAGO
57 SOUTH EAST ASIAN AVENUE
CHICAGO, ILLINOIS 60607

UNIVERSITY OF CHICAGO LIBRARY

UNIVERSITY OF CHICAGO LIBRARY

1950

UNIVERSITY OF CHICAGO LIBRARY

I - APRESENTAÇÃO

O Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA, define como dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público, assegurar com absoluta prioridade, os direitos referentes a:

- 1 - sobrevivência (vida, saúde e alimentação),
- 2 - desenvolvimento pessoal (educação, cultura, lazer e profissionalização),
- 3 - direitos a integridade física, psicológica e moral (dignidade, respeito, liberdade, convivência familiar e comunitária), pois, em se tratando de pessoas humanas e em processo de desenvolvimento, as necessidades não supridas nesta fase, deteriora o desenvolvimento, resultando em adultos debilitados, comprometendo o corpo social e o PROJETO

HUMANIDADE.

Ao definir as responsabilidades que asseguram o direito à vida, o ECA na realidade representa um conjunto de questões quanto à urgência de reordenamento de valores e de se estabelecer critérios que assegurem o direito e o desenvolvimento da cidadania, que necessariamente passam por uma mudança de postura do ser cidadão, ante si mesmo, a coletividade e o meio ambiente.

A década de 90 - a do meio ambiente - enfrenta tempos críticos, pois a sobrevivência da humanidade e do planeta estão em questão. Há problemas globais afetando a biosfera e a vida humana de maneira alarmante, com riscos de irreversibilidade. O ambiente deixa de ser mais um problema, mas, o centro de tudo: de nossas vidas, de nossos negócios e de nossas ações políticas.

Em meio a esta crise prevalecem ainda formas superadas de ver o mundo e inadequadas para lidar com a superpopulação e globalmente interconectadas. Os problemas não podem ser compreendidos de maneira isolada - são problemas sistêmicos -, interconectados e interdependentes. Encontramo-nos face a face, com uma necessidade premente de transformações de paradigmas. Vislumbra-se indícios de mudanças fundamentais de nossa forma de ver o mundo e está ocorrendo nas ciências e na sociedade, entre outros. Estes indícios nos impõe a visão de um todo integrado e não como um "ajuntamento" de fragmentos dissociados. Precisamos de consciência quanto a interdependência fundamental de todos os fenômenos e não nos é mais possível a crença em progresso material ilimitado, possível de ser alcançado e nem a crença em uma sociedade na qual o feminino está sob o masculino (patriarcal), haja vista, que dados de 1.989 identificam 7,3 milhões de mulheres chefiando domicílios, dentre as quais 30% sem nenhuma fonte de renda (dentre elas mais de 60% percebem até dois salários mínimos e tem mais de 2 filhos), confirmando a hipótese de que o diferencial de acesso a rendimento mensal por gênero, no padrão de inserção no mercado de trabalho, desfavorecem as mulheres e faz com que as unidades matrifocais se constituam em importante foco de pobreza. Vale ressaltar que a média de salários das mulheres representa 54,1% do salário dos homens.

Hoje, é prioritário objetivarmos maior cooperação, ação integrativa e "tecnologias sociais" que ajudem as organizações a atingirem melhores níveis de integração e de ajuda mútua. É também fundamental que tenhamos conhecimentos dos princípios de interdependência, sustentabilidade, ciclos ecológicos, e diversidade, aplicáveis a todos os sistemas, inclusive o social.

O ECA se configura no Brasil, como uma resposta eminente de um grupo da sociedade, preocupados com a preservação da vida no planeta, diante da mais profunda crise de nossa cultura: a incapacidade da perspectiva industrial/tecnológica predominante de guiar os múltiplos segmentos sociais e planetários que clamam por modelos de desenvolvimento humano.

Todavia, temos visto que é preciso revolucionar a cultura da tutela e da subalternidade, de forma a rompermos com o autoritarismo, pois, de outra forma, o ECA não passará de uma lei

...и в то же время ...

...и в то же время ...

...и в то же время ...

...и в то же время ...

...и в то же время ...

...и в то же время ...

...и в то же время ...

...и в то же время ...

...и в то же время ...

...и в то же время ...

...и в то же время ...

...и в то же время ...

...и в то же время ...

...и в то же время ...

...и в то же время ...

...и в то же время ...

avançada, mas ineficiente e absolutamente contraditória em sua praxis. Porém, é um instrumento institucional precioso, capaz de iniciar e sustentar neste final de milênio, o reordenamento de valores. Um reordenamento desta ordem se fará com trabalho, entendido como todo esforço individual e coletivo de superarmos este impasse e, como tal, terá que ser remunerado.

O teólogo Leonardo Boff é quem lança a questão: é possível manter a lógica de acumulação, de crescimento ilimitado e linear e ao mesmo tempo evitar as quebras dos sistemas ecológicos, a frustração de seu futuro pelo desaparecimento das espécies, a depredação dos recursos naturais, sobre os quais as futuras gerações também tem direito"?

Os direitos das futuras gerações reivindicam o reordenamento dos valores e a mudança da postura histórica, colonizadora e exploradora do homem sobre o homem e deste sobre a natureza, na forma de detentor absoluto da "verdade".

De qualquer forma, tratar deste tema, implica enfrentar as questões das iniquidades sociais de toda ordem - gênero/raça/renda/emprego/acesso universal a bens de consumo coletivo - dentre outros, sem restringi-los à ótica da pobreza. Implica ainda, na superação da dicotomia entre desenvolvimento econômico e desenvolvimento social. Todavia, este processo de mudança de padrão de desenvolvimento excludente para outro, que inclua e integre os indivíduos, é necessariamente lento, penoso e conflitivo, sobretudo num contexto caracterizado pela desigualdade e pela tradição centralizadora e autoritária do estado.

Em outros termos continua Leonardo Boff, "temos que entrar num processo de mudança de paradigma que seja dialética, vale dizer, assumir tudo que é assimilável e benéfico do paradigma da modernidade, mas, inseri-lo dentro de outro mais globalizante". Esta mudança de postura e a construção de novos valores terá que ser entendido como um esforço e fruto de um trabalho individual e coletivo.

Para se alterar essa postura e se chegar a um modelo de sociedade que contemple a escassez das fontes de energia e a diminuição do ritmo de crescimento populacional, teremos que encarar as diferenças e a diversidade como um mecanismo de proteção de todos e encontrar formas de democratização do planejamento estratégico. Somente a descentralização e a democratização do planejamento estratégico garantirá às futuras gerações o direito à qualidade de vida sobre a face do planeta.

O PROASF - Programa de Orientação e Apoio Sócio Familiar - vem propor que se entenda a necessidade para o conjunto da coletividade que a família exerça com responsabilidade, a educação integral e integradora para o desenvolvimento e exercício da cidadania.

II - INTRODUÇÃO

O ECA define a responsabilidade de quatro segmentos sociais quanto a assegurar a efetivação dos direitos das crianças e dos adolescentes: a família, a comunidade, o poder público e a sociedade em geral.

Sabemos que várias dessas implicações esbarram, principalmente do ponto de vista político, em vários aspectos importantes de discussão, acumulados por setores diversos da sociedade e dos movimentos sociais, entre outros, porém, nosso desejo é exatamente o de propor debates. Outra consideração que julgamos significativa, diz respeito ao potencial da doutrina de proteção integral à criança e adolescente - direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, à cultura, ao esporte e lazer, à profissionalização, ao respeito, à liberdade e a convivência familiar e comunitária - quanto a definir limites concretos ao projeto neoliberal que impõe uma política econômica recessiva, desemprego estrutural, privatizações exageradas e descabidas, que impossibilitam quaisquer expectativas de efetiva distribuição de renda, reformas agrárias e urbanas, democratização dos meios de produção, de acesso aos recursos e dos direitos da cidadania e da justiça social. Temos hoje, novos e velhos excluídos, e a pobreza enquanto

insuficiência de renda, é agravada quando ocorre simultaneamente a carência de acessos a bens e serviços básicos, de consumo coletivo.

1- A responsabilidade da sociedade

O governo é o responsável pelo exercício do poder moderador da sociedade, visando tanto quanto possível, a harmonia e o entendimento das forças econômicas e sociais, entretanto é incapaz de ultrapassar o esgotamento do seu modelo de crescimento e promover os ajustes econômicos, se concentrando no reordenamento de seu arcabouço político, terreno em que foi possível avançar.

Bem ou mal, num esforço conjunto, a sociedade apesar de todas as dificuldades, conseguiu estabelecer a Constituição Federal e assegurou-se "um clima" de liberdade. Mas, a evolução no campo político andou ao contrário com relação ao drama social que de forma radical agora nos bate à porta. Se não se assegura aos cidadãos, condições mínimas de existência social, a liberdade é nada. Também não foi superada a "cultura da ditadura e do lixo". Muitos postulados e propostas da Constituição não foram implementadas e regularizadas. Ao definir a responsabilidade da sociedade em geral, estamos nos referindo a todos os segmentos incluídos socialmente, muitos dos quais julgam, que porque pagam impostos e tributos, estão isentos de se preocupar com pobres e dependentes. Temos percebido que ela, faz de conta que nada do que acontece com a criança e o adolescente é com ela. Repele-os do único lugar em que podem estar - as ruas.

As crianças e adolescentes são os que mais sofrem os problemas de desenvolvimento e transculturação, por dificuldades de assimilar pautas e valores que esta sociedade vai criando. Enfrentam uma estrutura social, donde conflitos, tensões, ausências de recursos materiais e deficiências das instituições de serviços básicos são condições negativas da sociedade para elas. Reproduz-se assim, nesta metrópole, a segunda maior cidade da América Latina, o processo de exclusão social, com distintas formas de manifestação e complexidade, que desafia as formas de enfrentá-la, seja por parte do poder público, seja por parte da sociedade.

2- A responsabilidade da família

A família, que em seus diferentes conceitos, implica em diferenças rígidas de papéis, é o primeiro grupo social, onde o ser humano é inserido ao nascer, e, tem grande papel no processo de socialização, onde a criança vai receber e lidar dialéticamente, com o conjunto de fatores e influências vindas da sociedade: normas, regras, valores, padrões culturais e de comportamento, etc.

Contudo, ao longo do tempo, os coletivos tipo família e comunidade, tem sido violentados em seus direitos mais elementares. Isto reafirma a necessidade de se implementar políticas diferenciadas evitando uma incrementação dessa vitimação a que estão sujeitos.

Reconhecemos e propomos, na era contemporânea, o direito dos pais de receber assistência, e, entendemos que só com programas integrais de cortes preventivos, que respondam às necessidades comunitárias e se abordem as problemáticas básicas, poderemos responder efetivamente às crianças/adolescentes e suas famílias. Temos que restituir as funções da família, como instituição social, que lamentavelmente tem assumido status de aparelho ideológico do estado. Em função disto, carrega em si, um certo "ranço" ou mesmo preconceito, advindos de uma forma de pensar de alguns segmentos da esquerda no Brasil, onde aparece e é vista como algo censurador, reacionário, moralista, etc.

Numa perspectiva de refletir sobre a família de forma mais global, considerando principalmente seu papel social hoje, gostaríamos de delimitar uma dimensão psicossocial, que inclui o emocional afetivo, e outra sócio-política, que abrange os aspectos políticos ideológicos e a dinâmica social, comunitária e cultural.

...the ... of ...

...the ... of ...

...the ... of ...

...the ... of ...

...the ... of ...

...the ... of ...

...the ... of ...

Na dimensão sócio-política podemos verificar que o Estado, no desenvolvimento de uma política econômica recessiva, agrava a crise social, contribuindo assim para a desestruturação da família em todas as classes sociais. Neste contexto, os chamados problemas sociais como o alcoolismo, o desemprego, a prostituição, a violência urbana e doméstica, entre outros, advindos de causas estruturais, decorrentes da estrutura da sociedade capitalista, ou de causas conjunturais, vindos de planos econômicos, interesses políticos escusos e eleitoreiros, vão delineando novos padrões de comportamento, presentes na vida urbana das grandes metrópoles, especialmente nas periferias. → *A Aspecto Cultural*

Na dimensão psicossocial gostaríamos de ressaltar a importância da convivência familiar. Por outro lado, nenhuma criança criada sem vínculos afetivos permanentes, podem respeitar quando adultos, as leis da sociedade e nem tolerar as frustrações sociais e individuais, enquanto que aquelas aceitas pelas famílias e a sociedade em seu conjunto, podem ter elementos para construir uma comunidade mais justa, mais solidária e mais humana. Contudo, as crianças quando atendidas individualmente - como objetos de intervenção - indicam ações tendentes a superar as carências das famílias.

Entretanto no meio urbano, o rompimento dos laços de solidariedade e dependência, associados a contrastes extremos de riqueza e poder faz com que elas se tornem fontes de tensões sociais, onde reside em uma de suas manifestações mais agudas - a violência.

A professora Maria Cecília Ziliotto - CBIA/SP diz que é fundamental considerar que, por trás de crianças e adolescentes abandonadas (crianças/adolescentes de e na rua) e até naquelas não abandonadas (cujas famílias se empenham em criá-las e cuidá-las, apesar de todas as dificuldades), também se encontram famílias abandonadas. Abandonadas pela destituição, pobreza, exclusão, desinformação, alienação, isolamento - características das sociedades mega-urbanas em que vivemos.

Se considerarmos as famílias também como vítimas do processo sócio-político-econômico, justificaremos a necessidade de um investimento por parte das políticas sociais. À luz do ECA ela é ao mesmo tempo, revestida de deveres, factível de ser punida, e, todas as medidas de proteção reforçam o vínculo familiar como primeiro e fundamental no desenvolvimento da criança e do adolescente.

Porém, a família não pode, sem teto e sem pão, manter e educar os seus filhos, e seria injusto puni-las, vez que também estão abandonadas, sem processo que as capacite para isso.

Consideramos que educar um filho consiste numa tarefa social que deve ser valorizada e portanto, uma remuneração ou "bolsa auxílio", que possibilitasse que a mulher, pudesse optar entre sair de casa para trabalhar ou cuidar de seus filhos e ter uma vida comunitária mais ativa e mais dinâmica, pudesse ser uma alternativa importante.

Consideramos ainda, a relação custo benefício que os atuais programas sociais decorrentes das políticas de atendimento à criança e ao adolescente carregam em si, sabemos que Estado gasta muito e produz pouco, ou seja, atende poucas crianças, sem garantir qualidade a um custo alto para os cofres públicos.

Uma possibilidade de resposta às questões acima levantadas reside na operacionalização do PROASF - Programa de Orientação e apoio sócio familiar - que propõe, uma forma de complementação de renda (R\$ 200,00) e passa a ser uma alternativa de opção para a mulher, que pode optar pelo trabalho de educação dos filhos, serem capacitadas e orientadas para isto, e, ter uma vida comunitária mais dinâmica e rica, participando dos Conselhos de Escolas, de Saúde, movimento de moradia, fóruns de defesa de direitos, bem como do planejamento estratégico e através dele, na formulação de políticas públicas.

Porém cabe ressaltar que entre os programas sociais, a creche deve ser destacada como:

- um direito da criança, onde se desenvolva um projeto pedagógico claro e comprometido com a população de baixa renda,

... и в то же время, как и в других случаях, не следует забывать о том, что...

... и в то же время, как и в других случаях, не следует забывать о том, что...

... и в то же время, как и в других случаях, не следует забывать о том, что...

... и в то же время, как и в других случаях, не следует забывать о том, что...

... и в то же время, как и в других случаях, не следует забывать о том, что...

... и в то же время, как и в других случаях, не следует забывать о том, что...

... и в то же время, как и в других случаях, не следует забывать о том, что...

... и в то же время, как и в других случаях, не следует забывать о том, что...

... и в то же время, как и в других случаях, не следует забывать о том, что...

... и в то же время, как и в других случаях, не следует забывать о том, что...

- um direito dos pais - a rede de creches em SP tem uma história de lutas/conquistas do movimento social e que hoje, pode ser uma alternativa para a mãe que assim optar. No município de São Paulo, a violação deste direito é flagrante. Conforme mapa da exclusão - PUC/SP há déficit de 3.456 unidades de creches.

③ A responsabilidade da comunidade

Para assegurar a efetivação dos direitos da criança e do adolescente, a comunidade tem papel importante, na medida em que representa um âmbito da via social, que pode mediar a interrelação entre a família e o conjunto da sociedade. Ela pode exercer uma grande influência sobre um indivíduo e sobre a família na medida em que pode ou não, reforçar certos costumes, padrões culturais e de comportamento.

Contudo, não dá para ignorar que a maioria das comunidades não tem homogeneidade. São um pequeno reflexo local da sociedade ou do país em que estão situadas. Apresentam as mesmas relações entre o fraco e o forte, a mesma situação de justiça e injustiça, os mesmos problemas e luta pelo poder. A idéia de que as pessoas se dão bem, simplesmente porque vivem e trabalham juntas é um mito.

Existem elementos de harmonia e de interesses comuns em todas as comunidades, mas também existem elementos de conflito. Ambos tem efeito profundo na vida das pessoas e o modo como elas vão participar. Ambos precisam ser enfrentados, pelos que trabalham com organizações se quiserem instrumentalizar as pessoas a se tornarem mais participativas e independentes. Porém, a influência positiva e mais significativa reside no engajamento comunitário, onde através de trabalhos coletivos, as pessoas substituem uma mentalidade e um comportamento individualista para um episódio mais coletivo, facilitando a organização e participação popular mais qualificada.

Entendemos que a democracia participativa, em contraposição à democracia representativa, deve se dar através da participação nos conselhos populares ou mesmo nos conselhos gestores vivendo a democratização dos processos de decisão e gestão. Além disso, a participação popular tanto dinamiza a vida e o cotidiano da população na cidade, bem como, consiste em importante instrumento de transformação da sociedade.

④ A responsabilidade do poder público.

Sendo a família a célula mater da sociedade, qualquer desequilíbrio nela, repercute diretamente no conjunto da sociedade, que exigirá do estado medidas de segurança pública.

É gritante o descompromisso do estado no Brasil, no tocante a uma política de atenção às famílias e micro coletivos (comunidades). O pior é que este descompromisso é intencional, visto que facilita as intervenções de ordem econômicas promovidas pelo estado e dirigidas pelas camadas privilegiadas que detém o capital.

É sob a ótica de uma política de atenção a família que avançaremos em direção a uma política salarial cumprindo as exigências listadas na constituição em relação ao salário mínimo.

Sob este prisma, o de proteção à família, é que virão as políticas de habitação, reforma urbana e agrária, segurança alimentar, saúde preventiva e programas de educação à distância nos meios de comunicação de massa, promovidos pelo Estado, orientando a informação e formação de uma educação para a cidadania. E isto implica em parcerias éticas e parcerias do humano.

A implementação e execução de uma política de atenção à família far-se-a através das definições dos papéis das três esferas de governo e da efetivação e isenção do Ministério Público, na fiscalização e na cobrança institucional, de obrigação de fazer por parte do poder público, dos direitos da família elencados na Constituição.

Governo Federal - A divulgação ampla dos mecanismos de formulação e controle das políticas de assistência social e dos direitos da criança e do adolescente, LOAS e ECA, Conselhos

Municipais, Estaduais e Federais. Todo repasse de verbas obedecerá este percurso mediante planos de ação deliberados pelos conselhos. Sistematização a nível nacional dos planos de ação elaborados pelas unidades da federação, que orientará o Governo Federal nas ações de macro política interna, bem como as de ordem internacionais.

Governo Estadual - Cobrar do Governo Federal e dos municípios as suas atribuições e promover a sistematização a nível estadual dos planos de ações dos municípios, observando e estimulando a participação da sociedade civil nos conselhos deliberativos.

Governo Municipal - Promover a coordenação da municipalização das políticas se responsabilizando pela execução das mesmas, vinculando a responsabilidade do repasse dos recursos bem como assumir o papel de articulador junto à sua comunidade de denúncia ao Ministério Público caso haja negligência das outras esferas do governo.

III - CONCLUSÃO

No cenário que contornamos, as políticas sociais portanto devem ser promotoras do desenvolvimento econômico, de emprego e trabalho. Devem ser focalizadas pela lógica do direito e assim, inverteremos a equação das compensatórias pelas universalistas - que respondam aos direitos dos cidadãos - e entre todos, os mais despossuídos, receberiam maior atenção. A formulação de projetos nesta ótica, teriam como eixo central a questão da cidadania, e, construí-los democraticamente, pautados pela busca de maior equidade e integração sociais. Assim, redimensionaríamos a cidadania e a participação social como fatores propulsores de transformação da agenda do desenvolvimento e não mais, a meros elementos compensatórios das forças desestruturadoras do mercado.

O programa PROASF - criado e aprovado pelo CMDCA/SP, encontra-se em fase inicial de execução neste município, pela obrigação de fazer, conforme ação civil pública impetrado pelo Ministério Público à municipalidade, através de um grupo de executores (entrará uma apresentação dos mesmos).

Enquanto programa, traz em seu arcabouço teórico a ousadia necessária para romper com as políticas sociais centradas no indivíduo, propondo políticas voltadas para os micro coletivos como famílias e comunidades, através de projetos de orientação sócio familiar - saúde/educação/segurança alimentar/geração de empregos(cooperativismo)/reforma agrária e urbana - e, projetos de apoio sócio familiar - complementação de renda (bolsa auxílio), uma "tecnologia" de distribuição de renda.

AFC/afc. dir.pes - SETORIAL.DOC
SP/03/mar/96

